

Denúncias de trabalhadores por apps crescem 126,4%

Ministério Público do Trabalho da 15ª Região lança campanha

Da Redação

A quantidade de denúncias feitas por trabalhadores da região de Campinas (SP) contra empresas de aplicativos aumentou 126,4% no biênio 2024-2025, na comparação com 2022-2023. Foram 77 no segundo período contra 34 no primeiro. Os dados são de um balanço divulgado pelo Ministério Público do Trabalho da 15ª Região (MPT-15) cuja sede é em Campinas.

As principais queixas são devido a suspensões e bloqueios dos trabalhadores por algoritmos, sem que as plataformas informem o motivo para as punições. Além disso, as queixas dão conta de que as punições são feitas sem aviso prévio e sem dar ao prestador de serviço chances para defesa.

Entre os mais prejudicados, encontram-se motoristas de aplicativos e entregadores de encomendas cujas rendas são comprometidas.

As reclamações dão conta também do “bloqueio branco”, que é quando a conta segue ativa no aplicativo, mas para de receber serviço.

Fazem referência ainda ao fato dos apps não fornecer canais de comunicação, mas apenas enviarem mensagens automáticas por robôs.

De acordo com o MPT, o trabalhador tem o direito de pedir que as decisões tomadas por algoritmos sejam revistas, sobretudo se forem causa de prejuízos.



Fernando Frazão/Agência Brasil

Entregadores de encomendas estão entre os mais prejudicados, informa o MPT

Entre as legislações que o ministério se baseia, encontra-se o artigo 20 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

Já entre os motivos apontados para o aumento na quantidade de denúncias, encontra-se o fato de que, a partir de 2024, a metodologia de acompanhamento de processos adotada pela Pasta foi alterada, passando a incluir ações judiciais movidas por sindicatos e associações.

Uma audiência sobre o assunto foi realizada na quinta-feira (4) pela Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret)

em Campinas, com a participação de trabalhadores lesados, sindicatos, associações e órgãos governamentais. O encontro integrou o projeto nacional Plataformas Digitais.

Campanha

Para conscientizar os trabalhadores de aplicativos sobre direitos, o Ministério Público do Trabalho lançou em novembro a segunda fase da campanha “Direitos de Verdade”.

“O atual modelo de negócios de muitas plataformas tem provocado intensa precarização do trabalho. Se não houver uma mudança no sentido de conferir

direitos de verdade a esses trabalhadores, corremos o risco de ver essa precarização chegar a todos os trabalhadores brasileiros, de todas as categorias, colocando em risco a dignidade humana, desta geração e das futuras e a própria existência do Direito do Trabalho”, afirma a procuradora Clarissa Ribeiro Schinestsck, responsável pela campanha.

O investimento em totens, painéis de led, telões e outros locais estratégicos, advém de multas e indenizações de acordos e de ações trabalhistas ajuizadas pelo MPT, tendo como objetivo a conscientização social a respeito do tema.

Vini assume presidência do Cidadania entre racha

O vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) foi nomeado presidente do partido em Campinas (SP) depois de um ano conturbado para a sigla campineira. A comissão é temporária e foi estabelecida em caráter emergencial para administrar o partido até que seja implementada uma reorganização completa e permanente do partido em Campinas.

O parlamentar é pré-candidato a deputado federal a convite do presidente estadual, Alex Manente, que chegou a dissolver o diretório campineiro em novembro devido a conflitos internos.

Vini foi o segundo vereador mais votado de 2024, perdendo apenas para Mariana Conti (PSol).

Contendas

Manente instaurou a intervenção devido a divergências entre a ex-executiva local e o vereador, que sustentava ser excluído de atividades, citando, como exemplo, o fato de não ter sido convidado para o próprio congresso do partido. Vini também não estava presente quando o Cidadania Campinas aprovou uma moção de apoio à Conti (PSOL-SP).

Na época, o diretório pontuou que o parlamentar não “cabia” na legenda porque se movia por engajamento nas redes sociais, ao invés de fazê-lo por um projeto político, como deveria ser.

Para Vini, entretanto, os conflitos públicos geraram prejuízo à imagem da sigla, comprometendo-na em termos de legitimidade.

Mas, a crise ainda se agravou com a expulsão do deputado estadual Rafa Zimbaldi, acusado pelo diretório estadual do Cidadania de ser duplamente filiado, atuando pelo União Brasil.

Zimbaldi negou a dupla filiação, alegou que estava sendo perseguido politicamente e que a expulsão sumária era um atentado à democracia, pois não lhe garantiu o direito à defesa. O parlamentar entrou com recurso.

O deputado segue na Alesp. Protocolou recentemente um projeto de lei para responder a mídia pela omissão em casos de violência em reality shows, estabelecendo a obrigatoriedade de denúncia às autoridades competentes, sob pena de multa que pode chegar a R\$ 370,2 mil.

Justiça derruba liminar que barrou contrato de terceirizada do Ouro Verde

A Justiça determinou que a empresa Cirmed Serviços Médicos Ltda pode assumir a prestação de serviço no Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi (Ouro Verde) em Campinas (SP). A terceirizada venceu a licitação, mas, devido a uma liminar, havia sido impedida de estabelecer-se na função.

A empresa possui uma sanção administrativa vigente (ou seja, foi punida por ter violado um contrato ou regulamento) com a Prefeitura de Porto Alegre (RS) e, segundo a liminar, não poderia prestar serviços públicos até 29 de agosto do ano que vem.

Mas, a Justiça revogou a liminar, pontuando que a punição em um estado federativo não se aplica a outro - no caso, do Rio Grande do Sul a São Paulo.



cred

Liminar e derrubada foram expedidas no mesmo dia

Tanto a liminar quanto a cassação foram expedidas na quinta-feira (4), com cerca de oito horas de diferença, entre uma e outra.

A liminar foi expedida pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de Campinas, Leonardo Man-

so Vicentin, sustentando que a sanção, registrada nos cadastros nacionais, teria alcance nacional.

Já a cassação, expedida pelo juiz Claudio Campos da Silva, também da 3ª Vara da Fazenda Pública, pontua que o edital se-

guiu a legislação vigente ao permitir a participação de empresas com sanções aplicadas por outros entes federativos, não havendo, portanto, impedimento legal.

Vicentin havia suspenso o contrato após uma ação movida pela empresa Integralidade Médica Ltda, segunda colocada na licitação. A terceirizada havia entrado com um mandado de segurança, sustentando que a Cirmed deveria ter sido desclassificada pela Prefeitura de Campinas por violar a Lei de Licitações.

O contrato engloba fornecimento de serviços médicos de várias especialidades, exames cardiológicos, atendimento domiciliar, além da entrega de equipamentos e transporte para o hospital. Tem validade de 24 meses por R\$ 51 milhões.